

A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NO PROCESSO DE ENSINAR E APRENDER: ESPAÇO PARA O PROTAGONISMO INFANTIL¹

Jerusa Valquíria Welter Kiwel², Lidia Inês Allebrandt³.

¹ Monografia de Conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação

² Autora

Jerusa Valquíria Welter Kiwel

Aluna do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Educação da UNIJUI

jerusakiwel@yahoo.com.br

³ Autora

Jerusa Valquíria Welter Kiwel

Aluna do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Educação da UNIJUI

jerusakiwel@yahoo.com.br

Coautora

Lidia Inês Allebrandt

CPF- 279 296 120-15

Professora Mestre do Departamento de Humanidades e Educação da UNIJUI, orientadora, lidia@unijui.edu.br

Introdução

O presente trabalho é resultado da monografia do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação. A pesquisa aborda o tema da participação das crianças nos processos de ensino e de aprendizagem, considerando o espaço para o protagonismo infantil nas atividades de rotina escolar na educação infantil. Ela compreende especificamente duas turmas: maternal e jardim um. Como se efetiva a participação das crianças nos processos de ensinar e aprender? É dado às crianças o direito de protagonizar suas aprendizagens? Estas foram questões que nortearam o estudo.

Para tanto, buscou-se definir alguns conceitos, tais como: participação, protagonismo, e infância, neste último, perfazendo sua evolução social e histórica no sentido de apontar sua importância no contexto atual da educação de crianças.

O objetivo é apontar e analisar se há no trabalho pedagógico em questão práticas que evidenciem participação e protagonismo do educando nas decisões das quais resultam construção de conhecimentos, bem como, naquelas ações rotineiras para, assim, definir qual o espaço que é ocupado pelo sujeito nos processos de ensinar e aprender.

Metodologia

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XIX Jornada de Pesquisa

A metodologia priorizou a pesquisa bibliográfica e qualitativa. Para tanto, fez-se observação da rotina escolar e conversas com as professoras e as crianças. O registro foi feito mediante anotações no diário de campo de falas dos sujeitos infantis e adultos, bem como das percepções oriundas das observações das práticas pedagógicas e brincadeiras livres no pátio.

Por meio de pesquisa bibliográfica, principalmente em Ariès (1981), estudioso da infância, buscou-se fazer uma retomada do conceito de infância no decorrer dos séculos e, constatando, que o mesmo tem sido aprimorado, revisado e repensado considerando as transformações históricas e o contexto social. Para o autor, durante muito tempo acreditava-se que a infância era um período sem significação tanto para as próprias crianças como para os adultos. Estes as consideravam seres incompletos, descartáveis e substituíveis, tanto que nas representações iconográficas, até o final do século XIII, as crianças eram figuras adultas em tamanho menor.

A partir do século XX, de acordo com Tomás (2006), surgiu uma nova consciência social em relação à infância devido aos esforços para promover e garantir na lei os direitos da criança. Ela afirma que o expoente máximo foi a Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas (1989). Após 1979, o Ano Internacional da Criança (Resolução 31/169, de 21 de Dezembro de 1976), elaboraram-se vários documentos internacionais, que procuram sensibilizar os diferentes países para a importância de criar leis que protejam os direitos das crianças. No caso brasileiro temos o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990), que é estudado, discutido e praticado pelas instituições que lidam com estes grupos. Neste trabalho não se comenta o quanto ele é praticado, mas sabe-se que ainda há um longo caminho para sua plena realização. Em seu texto Tomás, destaca que Hammarberg (1990), agrupa em três categorias a multiplicidade de direitos consagrados na CDC: os direitos de provisão (os direitos sociais da criança, nomeadamente os associados à salvaguarda da saúde, educação, segurança social, cuidados físicos, vida familiar, recreio e cultura); os direitos de protecção (relativamente à discriminação, abuso físico e sexual, exploração, injustiça e conflito); e os direitos de participação (os direitos civis e políticos consagrados às crianças - ao nome e identidade, a serem consultadas e ouvidas, a terem acesso à informação, à liberdade de expressão, opinião e tomada de decisões) (Tomás, 2006, p.192).

Sarmento, alerta que a participação e o protagonismo no ambiente escolar são facilmente confundidos, como fica explícito no fragmento abaixo:

A participação dos alunos estabelece-se como necessidade simbólica pela exigência da mobilização dos saberes de que as crianças são portadoras, tendo em vista a criação do espaço escolar como espaço dialógico, no atendimento da diversidade de linguagens e de formas, modos e estilos de expressão. A comunicação e o intercâmbio de conhecimentos só se torna possível se a voz das crianças for considerada não como um mero elemento instrumental, a que se recorre na acção didáctica para replicar a voz do saber instituído (e, portanto, a do adulto-professor) ou para exprimir a sua incerteza e dúvida ante o conhecimento comunicado, mas como substância mesma do acto

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XIX Jornada de Pesquisa

educativo: a expressão verbal de um saber (que é também incorporado de valores) que se vai construindo na exacta medida em que se exprime. Sendo assim, a participação das crianças na escola – para além de um direito juridicamente consagrado, designadamente pelo artigo 12 da Convenção dos Direitos da Criança – constitui a condição organizacional da interculturalidade. (SARMENTO, 2005, p.35)

Com base nos conceitos estudados, a observação do cotidiano escolar foi realizada pontualmente, colhendo os dados e as falas dos envolvidos durante os momentos de aula e tempos no pátio.

Resultados e Discussão

O registro das observações foi fundamental para sabermos como ocorre a participação das crianças, estabelecendo um paralelo entre o que se almeja e se reconhece como o ideal e o que se presencia em ambiente escolar.

O que se propõem quando se trata de Educação Infantil é a construção coletiva do conhecimento, da vivência cotidiana com os iguais e os diferentes, aprendendo a respeitar os parceiros, colaborar nos trabalhos, decidir em conjunto discutindo temas de interesse comum. Assim se produz uma cultura infantil capaz de participar de decisões e opinar defendendo seu ponto de vista. É fazendo juntos que se exercita a participação e a cidadania tão esperadas nas escolas e na sociedade atual e que ao mesmo tempo amedronta tantos docentes. Não se trata de simples participação escolar; trata-se do início de um exercício democrático que terá reflexos na vida adulta.

Numa das práticas, a turma dos maiores confeccionou dois cartazes: um deles com as coisas que podemos fazer e o outro, não podemos fazer. O cartaz com o que podemos fazer traz itens como: ouvir música, dividir o lanche, ir ao banheiro quando precisar, brincar, cantar. O que não podemos fazer diz: empurrar e brigar com os colegas, desobedecer a “profe”, gritar, jogar brinquedos, subir em cima das mesas. Além desses tratados ainda há a organização da sala de aula. Todo material e brinquedos são organizados pelas crianças com o auxílio da professora, inclusive os pequenos.

Conversando com as crianças sobre as regras da sala de aula, perguntou-se: Quem construiu as regras? Algumas crianças responderam que foi a professora e outras que foram elas. Por fim, decidiram que foi a professora que escreveu e elas ajudaram a falar. A participação delas foi auxiliar na elaboração. Questionados sobre o cumprimento das regras, denunciaram os colegas que não cumprem. E por que ele não cumpre? Porque não obedece a professora, foi a resposta. E o que acontece? A professora conversa com ele.

De acordo com o artigo “Participação não tem Idade”, de Catarina Tomás, [...] adopta-se a definição de participação das crianças considerando vários elementos: primeiro, a partilha de poderes entre adultos e crianças; segundo, a introdução de métodos e técnicas que permitam às crianças participar, na esteira da tradição de democracia participativa; terceiro, a

consideração de que a formulação de regras, direitos e deveres é feita por todos os participantes no processo; e quarto, o condicionamento efectivo dos meios, métodos e resultados do processo de participação. (Tomás, 2007, p. 48)

Ainda sobre a participação, a autora (2007, p. 49) destaca que:

Participar significa influir directamente nas decisões e no processo em que a negociação entre adultos e crianças é fundamental, um processo que possa integrar tanto as divergências como as convergências relativamente aos objectivos pretendidos e que resultam num processo híbrido.

A professora da turma dos menores deixa-os bastante livres para brincar na sala de aula. Mas propõe atividades muito complexas quando a turma está bastante eufórica, no meio da agitação. Procura produzir algo todos os dias. Os varais da sala sempre estão cheios de atividades, porém as crianças estão sempre agitadas. Logo após o café, já chegam à sala de aula aos gritos, empurrando cadeiras, puxando brinquedos. Sempre estão brincando sem orientação, sem intervenção da professora; seguidamente ocorre um “acidente”, pois o espaço é pequeno para brincadeiras livres.

Na turma dos maiores o encaminhamento da rotina é mais tranquilo, quanto à execução. Logo após o café, as crianças vão para a sala de aula. A professora pede que retirem da mochila o que precisam, elas se organizam e vão sentando, nas cadeiras ou no tapete. Aí começam a contar o que aconteceu no dia anterior em casa; a conversa continua e quando percebe que está se esgotando o assunto, a professora então sugere as atividades do dia. A organização da sala é interessante, pois os brinquedos são distribuídos pelos tamanhos e tipos. A sala tem, também, uma faixa com o alfabeto, que as crianças usam para atribuir os objetos às letras correspondentes nas faixas; tem um varal com os números e um barbante em cada um, no qual as crianças vão colocando grampos de roupa para representar o número; jogos de trilha, tabuleiros, peças de montar.

O espaço da sala de aula é importante para o planejamento, para criar uma rotina de trabalho, mas, também, deve-se ter cuidado para que a rotina não seja especialmente desenvolvida nesse local. As crianças menores exigem mais espaço para brincar, correr. Contudo, a turma observada tem uma sala muito pequena e a professora permanece bastante tempo nela. Danilo R. Streck (2009), problematiza o espaço da sala de aula frente à diversidade e às transformações na relação professor-aluno:

Se contabilizar as horas de vida ativa, a sala de aula ocupa dos primeiros lugares entre os espaços nos quais vivi a minha vida. Este tempo de sala de aula tende a se prolongar com as “escolinhas” de educação infantil e com o turno integral, ambas as bandeiras de lutas de conservadores e progressistas, por motivos que variam desde tirar as crianças e os jovens da rua até melhorar os índices de desempenho nos testes de competência.

Talvez seja essa marca da sala de aula na constituição da subjetividade da maioria das pessoas “escolarizadas” que faz com que seja tão difícil operar mudança em seu funcionamento ou, mais radicalmente, pensar na sua abolição e substituição por alguma outra estrutura. Na medida em que

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XIX Jornada de Pesquisa

tal comparação é viável e pertinente, é bem provável que as fábricas e os escritórios de hoje sejam mais diferentes em relação às fábricas e escritórios de dois séculos atrás do que a maioria das salas de aula atuais em relação às instituições similares deste período histórico. Mesmo a utilização de modernas tecnologias de comunicação e informação tem dificuldade de modificar a sua organização. Conhecemos escolas sem bibliotecas, sem laboratórios e até sem professores, mas é difícil imaginar a sua existência sem a sala de aula. (STRECK, 2009, p.59)

Na Escola da Ponte, Rubem Alves questiona a realidade mais vivenciada por nós atualmente na sala de aula das escolas:

Como são e têm sido as escolas? Que nos diz a memória? A imagem: uma casa, várias salas, crianças separadas em grupos chamados "turmas". Nas salas os professores ensinam saberes. Toca uma campainha. Terminou o tempo da aula. Os professores saem. Outros entram. Começa uma nova aula. Novos saberes são ensinados. O que é que os professores estão fazendo? Estão cumprindo um "programa". "Programa" é um cardápio de saberes organizados em seqüência lógica, estabelecido por uma autoridade superior invisível, que nunca está com as crianças. Os saberes do cardápio "programa" não são "respostas" às perguntas que as crianças fazem. Por isso as crianças não entendem por que têm de aprender o que lhes está sendo ensinado. (ALVES, 2001, p.4)

A rotina desta escola, o modo como são definidas as atividades e como são divididos os espaços para utilização pelas crianças também deixa implícito que é uma maneira de manter o domínio da turma, uma vez que as atividades já estão previstas, com horário e local determinados, então nada pode sair do controle da professora. Nem mesmo quando surgem debates sobre questões do cotidiano como esta. Aconteceu que uma menina disse que na casa dela tinha faltado luz na noite anterior. Aí outro já emendou:

- Se falta luz a gente não pode tomar banho. E quem não toma banho, minha mãe disse que é relaxado.
- É feio chamar as pessoas de relaxado - falou o outro.

E a conversa começou a se estender e a professora queria falar sobre a composição da família e relacioná-la aos conceitos de pequeno, médio e grande. Ela conseguiu, mas, teve que interromper a discussão sobre ser relaxado ou não. Porém, ela apenas interrompeu. Poderia ter feito uma reflexão com as crianças sobre o fato, da falta de luz, a falta de água, a importância do banho, as pessoas que não têm condições adequadas de tomar um banho. Ela não perderia tempo, nem mesmo o conteúdo que programou; teria auxiliado as crianças a não fazerem pré-julgamentos e criarem pré-conceitos sobre outras pessoas.

É, na verdade, nada sai porque a rotina de horários é rígida. Mas, naturalmente como as crianças fazem, conseguem incorporar às atividades propostas, ou impostas, os seus inventos, seu faz de conta e as brincadeiras que mais lhes agradam.

Conclusões

Na turma dos maiores, a participação das crianças acontece. Mas a professora se reserva o poder de dar a última palavra, a decisão é dela. As crianças ocupam um lugar secundário na participação, não ocorrendo o protagonismo esperado em sala de aula, no processo de ensino-aprendizagem. Mesmo assim o ambiente de sala de aula é satisfatório à participação. O protagonismo ocorre mais nos espaços externos e de brincadeiras. As crianças sugerem e escolhem entre si as atividades, se organizam e a professora faz às vezes da auxiliadora.

Na turma do Maternal, não se presenciou acontecem brincadeiras dirigidas, nem a participação da professora nas brincadeiras das crianças. No pátio costumam ir pouco e quando acontece é na companhia de outra turma. Isso mostra alguns espaços que a criança decide, mas não há participação no planejamento porque as atividades não são discutidas no coletivo, logo, as crianças não sugerem nada na rotina, pois inexistente espaço para isso. Elas desenvolvem o que a professora planejou. Um fator que inviabiliza a participação das crianças no planejamento é a falta de diálogo entre elas e a professora. O tempo e o espaço para a preparação da rotina são muito importantes para a construção de uma cultura de diálogo e participação. O espaço que existe de participação não é o adequado para que o processo de aprendizagem se concretize.

Observa-se que, quando a professora pede que sentassem em seus lugares para começar a atividade, as meninas e os meninos guardam os brinquedos. Alguns protestam, mas, no final, está quase tudo guardado. Um grupo de meninas, que estava brincando de casinha com as bonecas, fica com os brinquedos. Sentam-se e começam a falar baixinho para que as filhas se comportem durante a aula, não façam barulho, fiquem quietinhas. Enquanto isso a professora encaminha a atividade de recorte e colagem sobre o tema do projeto A Família que a escola está desenvolvendo. Mas a professora não aprova a ideia que as bonecas participem da aula. Meio sem jeito, consegue convencer o grupo de meninas a guardar suas bonecas, chamando-as de filhas, porque poderiam se machucar com as tesouras. Aceito o argumento, as meninas colocam as bonecas na caixa. Os meninos, ao contrário, não levam os brinquedos para as mesas. Porém quando lhes foi entregue as revistas para recorte logo dispersam do objetivo do trabalho e começam a buscar figuras do seu interesse como, carros, brinquedos.

Neste tempo de vivência percebe-se que as crianças são mais espontâneas durante os horários em que brincam sem o controle dos adultos; se expressam com mais naturalidade quando brincam livremente do que quando estão sendo “dirigidos” pelas professoras. A autonomia para propor brincadeiras é evidente. Também incluem ou excluem colegas nas mesmas, dependendo o momento e a brincadeira. Chama a atenção que durante a brincadeira livre, nenhuma das professoras para suas atividades. Continuam a arrumar as caixas, os livros, colocam os temas nos cadernos e organizam a sala. Durante todo o tempo não interagem com as crianças, como se não fizessem parte do mesmo grupo, apenas quando havia desentendimento intervinha, mas, também, sem

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XIX Jornada de Pesquisa

questionar, apenas manda que parem de brigar. Não dialogam com as crianças, fazendo-as raciocinar sobre suas atitudes; não se aproximavam dos pequenos para tirar proveito desse tempo e estabelecer mais que uma relação hierárquica de professor-aluno. O tempo livre parece se caracterizar como o tempo livre da professora, para ela fazer as coisas que tem que fazer, e não é valorizado como momento de aprendizagem do aluno. A aprendizagem lúdica só é reconhecida nas atividades dirigidas pela professora.

Durante o encaminhamento das atividades, as crianças conversam, trocam ideias, interagem, porém, normalmente, elas são conduzidas para realizar alguma coisa, atender algum objetivo que a professora tem no caderno e quer despertar o interesse dos alunos. Aí começa e termina a participação das crianças. Elas participam de maneira limitada. Ao mesmo tempo em que a professora abre para a participação ela limita até que ponto a criança pode se apropriar desse artifício.

Dentro dos limites que lhe colocam o tempo e o espaço, organizados de acordo com a necessidade e a funcionalidade escolar, as crianças estão em atividade constante. Elas se mostram dispostas e receptivas com as professoras e com as visitas.

Concluiu-se que o protagonismo infantil nos processos de ensino e de aprendizagem ocorre nas atividades livres e nas brincadeiras; nas atividades dirigidas, as crianças participam, porém, sem fugir ao planejamento que é considerado mais importante.

Palavras-Chave: infância; educação infantil; aprendizagem, interação

Referências Bibliográficas

- ALVES, Rubem. A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir. Campinas: Papirus, 2003.
- ARIÈS, P.. História social da criança e da família. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1981.
- ECABRASIL. Estatuto da Criança do Adolescente. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm > acessado em julho de 2012.
- SARMENTO, Manuel J. Crianças: educação, culturas e cidadania activa: refletindo em torno de uma proposta de trabalho. In: Perspectiva, Florianópolis, jan./jul. 2005.
- STRECK, Danilo R.. A Sala de Aula como comunidade dialógico-problematizadora. In: CHENZ, Celso Ilgo, ROSSATO, Ricardo, BARCELOS, Valdo. (Orgs.) Educação humanizadora e os desafios da diversidade. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2009.
- TOMÁS, Catarina A. Há muitos mundos no mundo: direitos das crianças, cosmopolitismo infantil e movimentos sociais de crianças – diálogos entre crianças de Portugal e Brasil. Tese. Doutorado em educação e infância. Universidade do Minho, 2006.

Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: XIX Jornada de Pesquisa

TOMÁS, Catarina. Participação não tem Idade. In: Contexto & Educação. Ijuí: Editora Unijuí, jul./dez. 2007.